



PROJETO DE LEI Nº 14611/2025

(*Paulo Sergio Martins*)

Prevê a implantação de mapas táteis e informações em braille em locais de grande circulação de pessoas como *shoppings*, supermercados, hospitais e similares.

Art. 1º. Os estabelecimentos com grande circulação de pessoas, tais como *shoppings*, supermercados e hospitais, deverão implantar mapas táteis e informações em braille sobre a localização de lojas, departamentos, setores, balcão de informações, banheiros, entre outros serviços essenciais.

Art. 2º. O descumprimento implicará penalidades, da seguinte forma:

I – multa, a ser regulada pelo Poder Executivo;

II – havendo reincidência, multa em dobro até o limite a ser estipulado pelo Poder Executivo;

III – após atingido o limite acima referido, o estabelecimento sofrerá a cassação do alvará de funcionamento.

Art. 3º. Os estabelecimentos terão 90 dias para se adequarem ao disposto nesta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Este Projeto de Lei visa promover a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, reconhecendo a importância de eliminar barreiras que limitam ou impedem o pleno exercício de seus direitos na sociedade.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, aproximadamente 6,978 milhões de brasileiros com 2 anos ou mais de idade declararam ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum enxergar, representando 3,4% da população nessa faixa etária.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) define a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental,





intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O sistema Braille, criado há mais de 170 anos, continua sendo uma ferramenta essencial para a inclusão de pessoas cegas, permitindo acesso à educação, cultura e oportunidades profissionais.

Diante disso, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto, por se tratar de um tema de grande relevância, pois os mapas táteis são recursos valiosos que auxiliam na orientação espacial, proporcionando maior autonomia às pessoas com deficiência visual.

PAULO SERGIO—DELEGADO



PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência

Editoria: **Estatísticas Sociais**

26/08/2021 10h00 | Atualizado em 06/10/2021 11h49

Em 2019, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade (8,4% dessa população) tinham alguma das deficiências investigadas, e cerca de 8,5 milhões (24,8%) de idosos estavam nessa condição.

Na população do país com 2 anos ou mais de idade, 3,4% (ou 6,978 milhões) tinham deficiência visual; 1,1% (ou 2,3 milhões) tinham deficiência auditiva e 1,2% (ou 2,5 milhões) tinham deficiência mental. Entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade que tinham deficiência auditiva, 22,4% conheciam a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Cerca de 3,8% (7,8 milhões) das pessoas de 2 anos ou mais tinham deficiência física nos membros inferiores e 2,7% (5,5 milhões), nos membros superiores.

Apenas 28,3% das pessoas com deficiência em idade de trabalhar (14 anos ou mais de idade) estavam na força de trabalho, ante 66,3% daquelas sem deficiência. Cerca de 67,6% da população com deficiência não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto, percentual que era de 30,9% para as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas.

Cerca de 72,3% dos idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade) tomaram a vacina contra a gripe no período analisado pela PNS. Cerca de 15,5% deles sofreram alguma queda nos 12 meses anteriores à entrevista e 34,6% foram diagnosticados com catarata.

Em 2019, 64,6% dos homens com 15 anos ou mais de idade já haviam sido pais e a idade média desses homens quando o primeiro filho nasceu foi de 25,8 anos. Quanto ao planejamento familiar, a PNS apurou que, entre os homens cuja parceira estava grávida ou o último filho tinha menos de 6 anos, 27,3% daqueles entre 15 a 34 anos gostariam de ter esperado mais para ter o filho e 10,4% daqueles com 35 anos ou mais não queriam ter filho ou não queriam ter mais filhos.

Em 2019, 81,3% das mulheres entre 25 e 64 anos realizaram o exame preventivo para câncer de útero há menos de 3 anos e 6,1% nunca haviam realizado tal exame. Entre as mulheres de 50 a 69 anos, 58,3% haviam feito mamografia há menos de 2 anos, percentual superior ao de 2013 (54,3%). Entre as mulheres de 15 a 49 anos sexualmente ativas nos últimos 12 meses, 80,5% usavam algum método para evitar gravidez e os mais comuns, considerando a eficácia, foram a pílula (40,6%) e a camisinha masculina (20,4%). Cerca de 17,3% das mulheres desse grupo haviam feito laqueadura.

No Brasil, 4,7 milhões de mulheres de 15 anos ou mais de idade deram à luz entre 29 de julho de 2017 e 27 de julho de 2019. No parto, 87,2% delas foram atendidas por médico(a), 10,4% por enfermeiros(as) e 1,0% por parteiras.

Em 2019, as três doses da vacina contra poliomielite haviam sido aplicadas em 76,0% das crianças de 6 meses a menos de dois anos de idade. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 também constatou que 11,5% das crianças nesse grupo etário tomavam refrigerante.

Um em cada quatro idosos tinha algum tipo de deficiência



Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código 2456-4174-5A0D-C386

A PNS 2019 estimou em 17,3 milhões o número de pessoas de 2 anos ou mais de idade (8,4% dessa população) com pelo menos uma das deficiências investigadas. Dessas pessoas, 14,4 milhões encontravam-se em domicílios urbanos e 2,9 milhões em domicílios rurais.

O maior percentual de pessoas com deficiência era do Nordeste (9,9%), região onde todos os estados tiveram percentuais acima da média nacional. Os percentuais nas demais regiões foram: Sudeste (8,1%), Sul (8,0%), Norte (7,7%) e Centro-Oeste (7,1%).

Entre as crianças de 2 a 9 anos de idade, 1,5% (332 mil) eram pessoas com deficiência, enquanto entre os idosos (60 anos ou mais), esse percentual foi de 24,8% (8,5 milhões). O percentual de homens foi de 6,9% (6,7 milhões) e de mulheres, 9,9% (10,5 milhões).

Na população de 18 anos ou mais de idade com deficiência, 67,6% eram pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, enquanto entre as pessoas desse grupo etário sem nenhuma das deficiências investigadas, apenas 30,9% tinham esse nível de escolaridade.

Na população de 18 anos ou mais com deficiência, apenas 5,0% tinham nível superior completo, mas entre as pessoas sem deficiência nesse grupo etário, 17,0% tinham essa escolaridade. Ainda nessa população, apenas 16,6% das pessoas com deficiência tinham ensino médio completo ou superior incompleto, contra 37,2% das pessoas sem deficiência.

O nível de ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade com deficiência foi de 25,4%, enquanto na população em geral foi de 57,0% e, entre as pessoas sem deficiência, de 60,4%.

Em 2019, apenas 28,3% das pessoas com deficiência, na faixa de 14 anos ou mais de idade, estavam na força de trabalho, percentual que era de 66,3% para a população sem deficiência.

Entre as pessoas com deficiência que estavam fora da força de trabalho nos 30 dias anteriores à entrevista, 48,9% disseram que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho por problemas de saúde, 28,8% por não desejar trabalhar e 10,5% não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso.

Enquanto as pessoas com deficiência visual e auditiva apresentaram níveis de ocupação de 32,6% e 25,4%, respectivamente, esse indicador para as pessoas com deficiência física foi de 15,3% (membros inferiores) e 16,3% (membros superiores). A situação mais desvantajosa foi a das pessoas com deficiência mental (4,7%).

Quase 7 milhões de pessoas tinham deficiência visual

Segundo a PNS 2019, 3,4% da população do país com 2 anos ou mais de idade declararam ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum enxergar, o equivalente a 6,978 milhões de brasileiros com deficiência visual, que atingia a 2,7% dos homens e a 4,0% das mulheres. Cerca de 0,5% da população com 2 a 9 anos tinha deficiência visual, ante 9,2% entre os idosos.

Aproximadamente 4,2% das pessoas com 18 anos ou mais de idade tinham deficiência visual, sendo 8,1% entre as pessoas sem instrução ou com nível fundamental incompleto, 3,2% para aquelas com fundamental completo ou médio incompleto, 2,1% para aquelas com médio completo ou superior incompleto e 1,0% para o nível superior completo.

Na população com 2 anos ou mais de idade, 3,4% tinham deficiência visual, sendo que nos domicílios que tinham rendimento de até 1 salário mínimo tiveram percentuais variando de 3,9% a 4,4%. Dentre os domicílios com rendimento per capita de 5 salários mínimos ou mais, esse percentual foi de 1,2%.

Segundo a PNS, 2,3% das pessoas ocupadas tinham deficiência visual. Já o percentual de pessoas com deficiência visual fora da força de trabalho foi de 6,6%.

2,3 milhões de pessoas tinham deficiência auditiva

O país tinha 2,3 milhões de pessoas (1,1%) com 2 anos ou mais de idade com deficiência auditiva, isto é, com muita dificuldade ou que não conseguiam de modo algum ouvir. Em 2019, havia 31 mil crianças de 2 a 9 anos de idade



com deficiência auditiva e, à medida que as idades avançavam, a quantidade de pessoas com limitações auditivas aumentava: 1,5 milhão de pessoas com 60 anos ou mais de idade (4,3%) tinham deficiência auditiva.

Por volta de 2,9% das pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto tinham deficiência auditiva. No outro extremo, 0,5% das pessoas com nível superior concluído tinham essa condição. Já a faixa de rendimento com a maior proporção de pessoas com deficiência auditiva (1,5%) era a de ½ a 1 salário-mínimo.

Cerca de 1,3% da população em idade de trabalhar (com 14 anos ou mais de idade) tinha deficiência auditiva, mas essa taxa foi de apenas 0,6% para as populações ocupada e desocupada (respectivamente, 578 mil e 60 mil pessoas). Na população fora da força de trabalho, 2,6% tinham deficiência auditiva.

Pela primeira vez, a PNS investigou o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade com deficiência auditiva (pessoas com muita dificuldade ou que não conseguiam de modo algum ouvir), 22,4% sabiam usar Libras. Entre as pessoas do mesmo grupo etário e que não conseguiam ouvir de forma alguma, esse percentual foi ainda maior, 61,3% (43 mil pessoas) sabiam essa língua.

7,8 milhões de pessoas tinham deficiência física nos membros inferiores

Cerca de 3,8% (7,8 milhões) das pessoas de 2 anos ou mais de idade tinham deficiência física nos membros inferiores, índice maior entre mulheres (4,8%) do que para homens (2,7%). Entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade, 14,4% (5,0 milhões) tinham essa deficiência.

Em 2019, 2,7% (5,5 milhões) das pessoas de 2 anos ou mais de idade tinham deficiência física relacionada ao uso dos membros superiores.

Pessoas com deficiência mental corresponderam a 1,2% da população em 2019

A PNS estimou que 1,2% da população com 2 anos ou mais de idade (2,5 milhões de pessoas) tinha deficiência mental. Entre as pessoas com 60 anos ou mais, esse percentual foi maior: 2,9%.

Entre as pessoas de 18 anos ou mais de idade, 0,3% das pessoas com nível superior tinham deficiência mental. Além disso, considerando a população de 14 anos ou mais de idade 0,1% dos ocupados (105 mil pessoas) e 0,2% dos desocupados (15 mil pessoas) tinham essa deficiência.

Quanto ao rendimento domiciliar *per capita* das pessoas, 1,0% das pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência mental (197 mil pessoas) viviam em domicílios sem rendimento ou com rendimento de até ¼ do salário mínimo.

1,7 milhão de pessoas utilizavam algum recurso para ouvir melhor

Óculos, lentes de contato, lupas ou lentes especiais, bengala articulada ou cão guia foram recursos utilizados por 40,4% da população (82,7 milhões de pessoas) com 2 anos ou mais de idade. A prevalência era maior entre os idosos (72,0%).

Cerca de 0,8% (1,7 milhão de pessoas) da população com 2 anos ou mais de idade utilizavam algum recurso para ouvir melhor (aparelho auditivo, implante coclear ou sistema de frequência modulada individual - Sistema FM).

A PNS estimou que 1,7% da população (3,5 milhões de pessoas) com 2 anos ou mais de idade utilizavam cadeira de rodas, bengala, muletas, andador ou alguma prótese/órtese, enquanto 0,5% da população (1,1 milhão de pessoas) utilizavam prótese/órtese para auxiliar no movimento dos membros superiores. Entre as pessoas que usavam ao menos um aparelho de auxílio, 5,7% (ou 4,6 milhões de pessoas) obtiveram pelo menos um aparelho pelo SUS.

15,5% dos idosos sofreram alguma queda no período de referência

Cerca de 15,5% das pessoas de 60 anos ou mais de idade sofreram alguma queda nos 12 meses anteriores à entrevista. Esse percentual foi maior entre as mulheres (18,6%) do que em homens (11,5%). No grupo de 75 anos ou mais (22,3%), as estimativas foram maiores do que nos grupos de 60 a 64 anos (11,3%) e de 65 a 74 anos (13%).



9,5% dos idosos tinham limitação para atividades simples da rotina

Segundo a PNS 2019, 9,5% (ou 3,3 milhões) das pessoas de 60 anos ou mais de idade tinham limitação funcional para realizar suas Atividades de Vida Diária (AVD) como troca de roupas, higiene pessoal, alimentação, movimentação rotineira etc. O percentual de mulheres (10,6%) foi superior ao dos homens (8,2%). Quanto mais elevada a idade, maior a proporção, variando de 5,3%, para aquelas de 60 a 64 anos, a 18,5%, para as de 75 anos ou mais de idade. Em relação ao nível de instrução: para as pessoas sem instrução, 16,0%; com fundamental incompleto, 9,7%; e com fundamental completo ou mais, 6,3%.

Um a cada cinco idosos tinha limitação para atividades instrumentais do dia a dia

A proporção de pessoas com limitações para as Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), como ir as compras, lidar com dinheiro, usar o telefone, pegar uma condução, cozinhar, fazer limpeza etc.) foi estimada em 20,4%, sendo 24,6% para as mulheres e 15,0% para os homens. O Nordeste apresentou a maior proporção (25,8%). Quanto mais elevada a idade, maior a proporção: 8,6%, para as pessoas de 60 a 64 anos e 43,2%, para aquelas com 75 anos ou mais de idade. Para as pessoas sem instrução o índice foi de 38,4%, maior que para fundamental incompleto (21,5%) e fundamental completo ou mais (10,4%).

Em 2019, um terço dos idosos tinha recebido diagnóstico de catarata

Cerca de 34,6% das pessoas com 60 anos ou mais de idade foram diagnosticadas com catarata em pelo menos uma das vistas. Os menores percentuais ocorreram nas Regiões Sul (28,3%) e Sudeste (33,2%). A proporção urbana (35,5%) foi superior à rural (29,2%).

O diagnóstico de catarata foi menor para homens (29,4%) do que para mulheres (38,6%). Das pessoas com o diagnóstico de catarata, 74,2% (7,3 milhões de pessoas) tiveram indicação de cirurgia e a realizaram. Entre estas, 46,7% (3,4 milhões de idosos) fizeram a cirurgia no SUS.

75,4% dos idosos usavam medicações de uso contínuo com receita médica

Cerca de 75,4% das pessoas de 60 anos ou mais de idade faziam uso regular ou contínuo de algum medicamento receitado por um médico. O percentual das mulheres (81,1%) superava o dos homens (67,8%), e o urbano (76,3%) superava o rural (69,6%).

Considerando os 12 meses anteriores à data da entrevista da PNS 2019, 72,3% das pessoas de 60 anos ou mais de idade tomaram a vacina contra a gripe. A população de 60 a 64 anos apresentou um percentual de vacinação de 66,3%, enquanto os grupos de 65 a 74 anos e de 75 anos ou mais registraram proporções de 74,4% e 75,8% respectivamente.

Entre os que não tomaram a vacina, o principal motivo (41,8%) foi não achar necessário ou raramente ficar gripado e o segundo motivo mais citado (19,8%) foi ter medo da reação.

64,6% dos homens de 15 anos ou mais já tinham filhos em 2019

A PNS também pesquisou, pela primeira vez, temas vinculados à paternidade e participação no pré-natal. Em 2019, dos homens que em 2019 tinham 15 anos ou mais de idade 64,6% já haviam sido pais de pelo menos um filho ou filha.

Entre os homens de 15 a 29 anos, esse percentual foi de 19,0%, sendo maior na área rural (24,1%) do que na urbana (18,1%). Entre os homens de 30 a 39 anos, o número de pais variou de 67,5% na área urbana a 76,9% na área rural. Já nas faixas de idade de 40 a 59 anos e de 60 anos ou mais, esse percentual atingiu, respectivamente, 85,3% e 91,4%.

Entre homens com 15 a 29 anos com ensino médio completo ou superior, 17,1% tinham filhos, enquanto aqueles sem instrução ou com fundamental incompleto, 24,8% já eram pais. Na faixa dos 30 a 39 anos, os percentuais foram, respectivamente, de 63,1% e 76,7%.

Em 2019, o número médio de filhos para cada homem era 1,7



O número médio de filhos para cada homem com 15 anos ou mais de idade, em 2019, era 1,7. Entre os homens com 15 a 29 anos, que ainda estão no início da vida reprodutiva, o número médio de filhos foi de 0,3. Entre o grupo de 30 a 39 anos, a média subiu para 1,3, sendo que na área urbana, esse valor foi de 1,2 e na área rural de 1,6. Para os homens de 40 a 59 anos (2,1 filhos), a diferença de urbano e rural amplia, respectivamente, 2,0 filhos e 2,6 filhos. Os homens com 60 anos ou mais tinham o maior número médio de filhos (3,6) e esse grupo etário também mostrou a maior diferença entre a média de filhos urbana (3,3) e a rural (5,0).

Média de idade dos homens ao ter o primeiro filho foi 25,8 anos

Em 2019, a idade média no momento do nascimento do primeiro filho, entre os homens de 15 anos ou mais que já tinham filhos, foi de 25,8 anos, sendo 26,0 anos na área urbana e 24,9 anos na rural. Em média, os homens da Região Norte tiveram o primeiro filho mais cedo (24,3 anos), enquanto os do Sudeste tinham a média de idade mais elevada (26,6 anos).

Homens com o ensino médio completo ou superior apresentaram uma idade média de 27,0 anos no momento do nascimento do primeiro filho, enquanto nos dois grupamentos de escolaridade mais baixa, essa média de idade variou de 24,6 a 25,1 anos.

Em termos de cor ou raça, a média de idade dos homens brancos na época do nascimento do primeiro filho foi maior em 1,7 ano do que a dos homens pretos ou pardos.

7,3% dos pais de 15 a 34 anos não queriam ter filhos

A PNS 2019 também investigou se os homens queriam ter filhos quando sua parceira ficou grávida. Foram entrevistados homens de 15 anos ou mais de idade que tinham uma parceira grávida ou tiveram o último filho com menos de 6 anos.

Entre os homens de 15 a 34 anos de idade, 65,5% queriam ter filho naquele momento, e entre aqueles de 35 anos ou mais esse percentual foi de 74,8%. No grupo mais jovem, 27,3% gostariam de ter esperado mais para ter filho e 7,3% não queriam ter filhos ou não queriam ter mais filhos. Para o grupo de 35 anos ou mais, esses percentuais foram 14,8% e 10,4%, respectivamente.

76,7% dos pais participaram do acompanhamento pré-natal

Em 2019, 95,2% dos homens que tinham uma esposa ou companheira grávida ou o último filho com menos de 6 anos declararam que foi realizado pré-natal durante a gravidez do filho. Entre os homens cuja mulher fez pré-natal na gestação, 61,3% disseram que este foi realizado no SUS. Na área urbana esse percentual foi de 57,4%, na área rural foi de 79,8%.

No Brasil, 76,7% dos homens participaram do acompanhamento pré-natal da companheira grávida ou do último filho com menos de 6 anos. As participações na área urbana (79,1%) foram maiores do que na rural (65,5%).

81,3% das mulheres entre 25 e 64 anos fizeram o Papanicolau há menos de 3 anos

Em 2019, 81,3% das mulheres entre 25 e 64 anos realizaram o exame preventivo para câncer de colo de útero, também conhecido como Papanicolau, há menos de três anos da data da entrevista. Esse percentual foi maior do que o de 2013 (78,7%). A Região Sul (84,8%) e a Sudeste (84,1%) apresentaram percentuais acima da média nacional, enquanto a Região Nordeste (76,4%) situou-se abaixo dessa média.

72,5% das mulheres sem instrução ou com fundamental incompleto haviam feito o preventivo há menos de 3 anos, percentual inferior ao das mulheres com superior completo (90,4%).

Cerca de 6,1% das mulheres de 25 a 64 anos de idade nunca haviam realizado o exame preventivo, e os principais motivos alegados foram: 45,1% declararam não achar necessário, 14,8% não foram orientadas a fazer o exame, 13,1% declararam ter vergonha de fazê-lo e 7,3% indicaram dificuldades em relação ao serviço de saúde.

16,6% das mulheres idosas já foram submetidas à histerectomia

A PNS 2019 estimou que 9,2% das mulheres de 25 anos ou mais de idade, no Brasil, foram submetidas à cirurgia de retirada do útero (histerectomia). Esse percentual variou conforme a idade, sendo de 0,9% entre as mulheres



de 25 a 39 anos, 11,0% entre aquelas de 40 a 59 anos e 16,6% entre as com 60 anos ou mais de idade.

Os três principais motivos para a histerectomia foram: retirada de mioma uterino (68,1%, ou 4,6 milhões de mulheres), sangramento vaginal anormal (9,0%) e câncer ginecológico (3,3%).

30,5% das mulheres adultas nunca fizeram exame clínico das mamas

Em 2019, 33,7% das mulheres de 18 anos ou mais de idade haviam realizado o exame clínico das mamas há menos de um ano, uma evolução em relação a 2013 (31,4%). Por outro lado, 30,5% das mulheres de 18 anos ou mais nunca haviam feito o exame, contra 36,6% em 2013.

Quando se analisa a realização do exame clínico das mamas por faixa etária, observa-se que 67,0% das mulheres de 18 a 24 anos nunca haviam feito tal exame e que esse percentual se reduzia conforme a faixa de idade aumentava. As mulheres de 40 a 59 anos foram aquelas com o maior percentual de exame realizado em menos de um ano: 42,9%.

58,3% das mulheres de 50 a 69 anos fizeram mamografia há menos de 2 anos

A proporção de mulheres de 50 a 69 anos que haviam feito mamografia há menos de dois anos foi de 58,3% em 2019, frente a 54,3% em 2013. No Sudeste, 65,2% dessas mulheres já haviam realizado tal exame nesse intervalo de tempo, enquanto no Norte o percentual foi de 43,2% e no Nordeste, 49,5%. O percentual de realização de mamografia entre as mulheres com rendimento domiciliar *per capita* acima de 5 salários mínimos (83,7%) foi quase o dobro do percentual entre aquelas na classe com menor rendimento domiciliar *per capita* (42,9%).

Quase metade (49,5%) das mulheres de 50 a 69 anos que realizaram a mamografia há menos de dois anos fez o exame no SUS. Já a proporção de mulheres de 50 a 69 anos de idade que nunca realizaram exame de mamografia foi de 24,2%, com queda frente a 2013 (31,5%).

80,5% das mulheres sexualmente ativas usavam algum método contraceptivo

Em 2019, 22,9% das mulheres de 15 a 49 anos, que ainda menstruavam e que eram sexualmente ativas usavam algum método de esterilização para evitar filhos: 17,3% delas usavam a laqueadura e 5,6% contavam com a vasectomia do parceiro. Além disso, 4,4% das mulheres usavam DIU; 9,8%, injeção; 40,6%, pílula anticoncepcional; 20,4%, camisinha masculina; 0,6%, outro método moderno (camisinha feminina, anel, adesivo etc.); e 1,2%, algum método tradicional (tabelinha, coito interrompido etc.).

Entre as mulheres mais novas, de 15 a 24 anos, 51,0% usam pílula contraceptiva; 17,2%, injeção; e 26,5%, camisinha. Para as mulheres entre 25 e 34 anos, os métodos de esterilização já aparecem com 15,2% e o DIU com 5,4%. Para o grupo mais velho, de 35 a 49 anos, 38,7% realizaram laqueadura ou tinham parceiro que fez vasectomia.

Para mulheres que não usavam método contraceptivo (19,5% ou 8,1 milhões), foi perguntado o principal motivo de não evitar a gravidez: 47,3% queriam ou não se incomodavam de engravidar, 15,7% estavam grávidas e 10,4% não tinham relações sexuais com homens. Por outro lado, 0,4% das mulheres entre 15 e 49 anos faziam ou fizeram algum tratamento para engravidar.

Em 2019, a idade média da menarca, início do ciclo menstrual da mulher, foi de 12,8 anos. Cerca de 74,5% (24,3 milhões) das mulheres com 45 anos ou mais que não fizeram histerectomia estavam na menopausa, e 18,1% delas fizeram ou faziam reposição hormonal. Das 52,2 milhões de mulheres de 15 a 49 anos que ainda menstruavam, 80,1% (41,8 milhões) eram sexualmente ativas. Destas, 4,7% participaram de grupos de planejamento familiar nos últimos 12 meses.

98,2% das grávidas no período de referência fizeram consulta pré-natal

No Brasil, entre as 4,7 milhões de mulheres de 15 anos ou mais de idade que estiveram grávidas e deram à luz de 29 de julho de 2017 a 27 de julho de 2019, 98,2% (4,6 milhões) afirmaram ter realizado pelo menos uma consulta pré-natal.



Cerca de 86,6% das gestantes iniciaram o pré-natal com menos de 13 semanas de gestação, o que representa um avanço em relação a 2013, quando este percentual foi de 81,5%. O percentual de mulheres que iniciaram o pré-natal com menos de 13 semanas de gestação foi de 80,2% entre as mulheres sem instrução ou com fundamental incompleto. Já entre aquelas com superior completo, o percentual foi de 95,4%. Há diferenças também entre os percentuais de realização do exame entre mulheres brancas (89,5%), pretas (78,5%) e pardas (86,5%).

Para 70,1% das mulheres que realizaram pré-natal, a maioria das consultas foi em estabelecimentos públicos de saúde. Em 2019, 94,8% das mulheres grávidas (4,5 milhões) nesse período de referência tinham a Caderneta da Gestante do Ministério da Saúde.

Cerca de 87,2% dos partos foram realizados por médicos

Entre as mulheres cujo parto foi realizado de 29 de julho de 2017 a 27 de julho de 2019, cerca de 87,2% foram atendidas por médico(a) no último parto, 10,4% por enfermeiro(a), 1,0%, por parteiras (48 mil partos) e 1,4% foram atendidas por outra(s) pessoa(s).

Para 93,9% das gestantes, o último parto se deu em hospital ou maternidade. Para os nascimentos ocorridos entre 29 de julho de 2017 e 27 de julho de 2019, 45,0% das grávidas tiveram parto vaginal/normal. Portanto, o parto cesáreo correspondeu a mais da metade (55,0%) dos nascimentos ocorridos no país, nesse período.

Cerca de 11,5% das crianças com menos de 2 anos tomavam refrigerante

Em 2019, 27,8% das crianças com idade inferior a 6 meses de idade na data da entrevista foram alimentadas exclusivamente com leite materno.

Cerca de 57,8% das crianças com menos de dois anos de idade na data de referência comem biscoitos, bolachas ou bolo e que 25,0% comem doces, balas ou outros alimentos com açúcar. Quanto às bebidas, a PNS estimou que 11,5% dessas crianças tomavam refrigerante e 16,9%, suco artificial.

73,0% dos bebês fizeram teste do pezinho até 5 dias após o nascimento

No Brasil, 73,0% das crianças com menos de dois anos de idade realizaram o teste do pezinho até o 5º dia após o nascimento. Já o teste da orelhinha, exame de avaliação da audição em recém-nascidos para o diagnóstico precoce de perda auditiva, foi realizado em 48,6% dessas crianças, até o segundo dia após o nascimento.

O teste do olhinho, ou teste do reflexo vermelho - exame em bebês para detectar e prevenir alterações oculares - foi realizado em 60,2% das crianças com menos de dois anos de idade nas primeiras 24 horas de vida. Em 2019, 62,3% das crianças dessa faixa de idade realizaram o teste do coraçãozinho entre 24 e 48 horas de vida, na maternidade.

76,0% das crianças de 6 meses a 2 anos de idade foram vacinadas contra poliomielite

Cerca de 76,2% das crianças de 6 meses a menos de dois anos receberam a vacina pentavalente, contra tétano, hepatite B, coqueluche, difteria e contra a bactéria *haemophilus influenza* tipo b, e 76,0% delas, a vacina contra poliomielite.

Na PNS 2019, 89,9% das crianças de 4 meses a menos de 2 anos de idade receberam as duas doses da vacina pneumocócica, mas só 46,7% das crianças de 12 meses a menos de 2 anos de idade receberam a dose de reforço. Considerando essa última faixa etária, 53,3% receberam a tríplice viral, contra sarampo, caxumba e rubéola.





Para validar visite https://sapl.jundiai.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código 2456-4174-5A0D-C386

